



# Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

---

30 de junho de 2014

---

## Grupo Rendimento

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas  
do Conglomerado Prudencial





## GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestre findo em 30 de junho de 2014.

### Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2014 foi marcado pela manutenção da política monetária acomodatória por parte dos principais bancos centrais. A sinalização do FED de extrema cautela e parcimônia na redução dos estímulos monetários foi determinante para o recuo da taxa de juros americanas de 10 anos, cujo movimento foi de alta em 2013, cedeu 50 pontos base para 2,5% neste primeiro semestre.

Nos EUA, após o PIB do primeiro trimestre registrar uma forte contração de 2,1% anualizado, afetado pelo rigoroso inverno, o resultado do segundo trimestre de 4% surpreendeu acima do esperado. Aumento dos estoques das empresas e um aquecimento do consumo ajudaram a economia e compensaram o efeito do crescimento das importações. O FED divulgou que vai continuar a reduzir suas compras de hipotecas e notas do Tesouro para US\$ 25 bi por mês. Afirmou também que as taxas de curto prazo continuarão baixas por “um tempo considerável após o programa de compra de ativos terminar.” Argumentou que ainda há uma considerável capacidade ociosa na economia e estão cautelosos sobre agir cedo demais no que diz respeito à política monetária. O FED em junho alterou as suas projeções de crescimento do PIB em 2014 para 2,2% e a taxa de desemprego para 6,05%.

A Zona do Euro registrou um crescimento de 0,2% abaixo do esperado de 0,4% no primeiro trimestre. A Alemanha continua sendo o motor com crescimento de 0,80%, a França permaneceu estagnada, a Espanha cresceu 0,4% e a Itália registrou uma contração de 0,1%. O BCE cortou a taxa de depósito de 0% para -0,10% negativo e a taxa de referência de 0,25% para 0,15% e avalia o impacto de uma série de medidas lançadas em junho para estimular a economia. Enquanto isso o Banco da Inglaterra sinaliza que pretende apertar sua política monetária em breve, com a recuperação econômica sólida e contínua queda da taxa de desemprego.

A economia da China cresceu 7,5% entre abril e junho ante o ano anterior, reforçando sinais de estabilização na atividade econômica após uma série de medidas de estímulo do governo. No curto prazo, a rápida desaceleração do setor imobiliário e os produtos de crédito vinculados ao setor são o maior risco para a economia chinesa.

No cenário doméstico, o dilema está em crescimento baixo e inflação elevada. Houve uma deterioração dos fundamentos macroeconômicos, principalmente na condução da política fiscal e na confiança do empresariado e investidores. O crescimento do PIB em 2014 ficará abaixo do projetado no começo do ano, com dados de produção industrial, vendas a varejo e consumo das famílias aquém do esperado. O mercado de trabalho começa a dar sinais de fraqueza. O CAGED, que mede o emprego formal, apresentou expansão nula, enquanto os salários se expandiram no mais baixo ritmo desde 2009.

Na política monetária, O Banco Central deu continuidade ao ciclo gradual de aperto monetário, elevando em janeiro (+0,5%), fevereiro (+0,25%) e em abril (+0,25%) para 11% a





## **GRUPO RENDIMENTO S/A**

**Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).**

taxa Selic e manteve neste nível até junho. O Copom ponderou que a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses (6,52%) contribuiu para que a inflação ainda mostre resistência. Para combater as pressões inflacionárias, as condições monetárias foram apertadas, mas o Comitê avalia que os efeitos da elevação da taxa Selic sobre a inflação, em parte, ainda estão por se materializar. Além disso, é plausível afirmar que, na presença de níveis de confiança relativamente modestos, os efeitos das ações de política monetária sobre a inflação tendem a ser potencializados. Projetamos a manutenção da taxa Selic em 11% a.a. até dez/2014, o IPCA em 6,45% e o crescimento do PIB em 0,90% para 2014.

### **Histórico**

Fundado em 1992, o Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira em espécie para instituições financeiras e outros agentes autorizados a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil.

No segmento primário do mercado de câmbio mantém estrutura organizada para o atendimento de pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento da clientela, para os serviços de câmbio é diferenciado das demais instituições financeiras por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários em relação à complexa regulamentação cambial, do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

No crédito, o Banco Rendimento S/A concentra suas operações no segmento de Middle Market, que compreende empresas com faturamento anual da ordem de R\$40 a R\$500 milhões de reais e, em menor escala, explora operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos, o Banco Rendimento S/A ocupou posição relevante na área de serviços relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Além disso, atua como distribuidor de um dos cartões pré-pagos em moeda estrangeira mais tradicionais do mercado que é o Cartão VTM – Visa Travel Money, emitido pela instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda, integrante do Conglomerado Rendimento.

### **Índice da Basileia**

Segundo a Resolução nº 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração do patrimônio de referência exigido, demonstramos a seguir o comportamento do índice em referência durante o primeiro semestre de 2014, revelando o enquadramento do Conglomerado Rendimento nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.





## GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

2014	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Janeiro	203.154	138.820	16,10%
Fevereiro	204.970	141.935	15,89%
Março	204.442	152.025	14,79%
Abril	205.631	137.441	16,46%
Maior	207.086	134.326	16,96%
Junho	208.790	163.274	14,07%
Média			15,71%

### Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Grupo Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, aderentes às disposições da Resolução nº 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Integra a estrutura de controles internos as unidades responsáveis pela gestão focada em Riscos, Compliance, Prevenção de Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria interna do Grupo Rendimento, ambas subordinadas ao Diretor Superintendente, e são segregadas das áreas comprometidas com resultados e daquelas responsáveis pelas atividades de suporte.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Risco Operacional (Resolução nº 3.380/06), de Mercado (Resolução nº 3.464/07), de Liquidez (Resolução nº 4.090/12), de Crédito (Resolução 3.721/09), de Gerenciamento de Capital (Resolução nº 3.988/11) e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de crédito, descasamento de prazos e de moedas em suas operações, falhas de processos, bem como subsidia a gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinadas em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantém conformidade com leis e regulamentos.

### Risco Operacional

O Grupo Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, conseqüentemente de possíveis perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do Banco Central do Brasil.





## GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

### **Ouvidoria**

No que tange ao Direito do Consumidor, o Grupo Rendimento atende as disposições da Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Grupo, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, “Stakeholders” e com o público em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

### **Risco de Mercado e Liquidez**

O Grupo Rendimento atende as disposições das Resoluções nº 3.464/07 e nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Grupo Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

### **Risco de Crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas, associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Grupo Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Grupo Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.





## GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

O Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme as disposições da Resolução nº 3.721/09, é de responsabilidade do departamento de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

### **Política de Deferimento de Crédito**

A política de deferimento de crédito, adotada pelo Banco Rendimento, tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

As operações de crédito, do Banco Rendimento, são destinadas, quase integralmente às pessoas jurídicas do Middle-Market nacional.

### **Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"**

O Grupo Rendimento conta com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como define política em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e os sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios do Grupo Rendimento são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

### **Segurança da Informação**

A política e as normas corporativas de segurança da informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento/compliance;
- Proteção de tráfego de informações.





## **GRUPO RENDIMENTO S/A**

**Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).**

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Organização.

### **Plano de Continuidade de Negócio**

Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o Grupo Rendimento, conta atualmente com equipe e gerência para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

### **Estrutura de Gerenciamento de Capital**

O Grupo Rendimento, por força de disposições da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para Gerenciamento de Capital. A mencionada estrutura é responsável pelo monitoramento e controle do capital, mantido pela instituição, e pela avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

O Plano de Capital do Grupo Rendimento elaborado em 2013, foi revisado no primeiro semestre de 2014 e contempla o triênio 2014 a 2016, com projeções de receitas e despesas para o período, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. Há monitoramento contínuo a fim de se observar se o Patrimônio de Referência, em períodos futuros, será suficiente para suportar todos os riscos que possam envolver os negócios das Instituições Financeiras Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

### **Auditores Independentes**

O Grupo Rendimento em consonância com o teor da Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

### **Agradecimentos**

A administração do Grupo Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

**A Diretoria**





Building a better  
working world

Condomínio São Luiz  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830  
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi  
04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos Diretores e Acionistas do

### **Banco Rendimento S.A.**

São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações



financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Ênfase**

#### **Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- b) A Administração do Banco optou pela faculdade prevista no parágrafo 2º, do artigo 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.



Building a better  
working world

### **Outros assuntos**

O Banco Rendimento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2014.

São Paulo, 30 de junho de 2015.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Emerson Morelli  
Contador CRC-1SP249401/O-4



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
Em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>2014</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.201.543.180,04</b>
<b>Disponibilidades</b>	5	<b>335.087.378,48</b>
Disponibilidades		335.087.378,48
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	6	<b>191.495.364,96</b>
Aplicações no mercado aberto		174.999.124,41
Aplicações em depósitos interfinanceiros		16.496.240,55
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	7	<b>64.859.700,38</b>
Carteira própria		13.103.009,03
Vinculados operações compromissadas		15.149.356,93
Vinculados a prestação de garantias		36.607.334,42
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>16.355.647,91</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.598.445,77
Créditos vinculados ao Bacen		855.672,11
Relações com correspondentes		3.901.530,03
<b>Operações de crédito</b>	9	<b>283.223.060,42</b>
<b>Setor Privado:</b>		<b>283.223.060,42</b>
Empréstimos e títulos descontados		273.397.303,94
Financiamentos		29.883.050,36
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(20.057.293,88)
<b>Outros créditos</b>		<b>293.267.681,98</b>
Carteira de câmbio	10	235.102.205,88
Negociação e intermediação de valores	8c	790.398,92
Diversos	11	60.500.740,46
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(3.125.663,28)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>17.254.345,91</b>
Outros valores e bens		15.352.043,08
Despesas antecipadas		1.902.302,83
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>216.318.915,30</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	6	<b>44.638.779,30</b>
Aplicações em moedas estrangeiras		44.638.779,30
<b>Operações de crédito</b>	9	<b>48.987.500,57</b>
<b>Setor privado:</b>		<b>48.987.500,57</b>
Empréstimos e títulos descontados		34.252.882,24
Financiamentos		16.248.563,97
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(1.513.945,64)
<b>Outros créditos</b>		<b>121.758.097,54</b>
Carteira de câmbio	10	3.375.485,16
Diversos	11	119.978.820,41
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.596.208,03)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>934.537,89</b>
Outros valores e bens		934.537,89
<b>Permanente</b>		<b>26.668.648,69</b>
<b>Investimentos</b>		<b>72.112,88</b>
Investimentos para incentivos fiscais		148,38
Títulos patrimoniais		1.648,99
Outros investimentos		70.315,51
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>20.710.305,38</b>
Imóveis de uso		1.966.706,15
Outras imobilizações de uso		37.909.572,80
(Depreciações acumuladas)		(19.165.973,57)
<b>Diferido</b>		<b>198.882,88</b>
Gastos de organização e expansão		3.972.571,51
(Amortização acumulada)		(3.773.688,63)
<b>Intangível</b>		<b>5.687.347,55</b>
Ativos intangíveis - outros		9.880.034,59
(Amortização acumulada)		(4.192.687,04)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.444.530.744,03</b>





**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
Em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>2014</b>
<b>Circulante</b>		<b>961.110.948,52</b>
<b>Depósitos</b>	12	<b>281.950.902,14</b>
Depósitos a vista		35.391.890,20
Depósitos interfinanceiros		20.179.074,98
Depósitos a prazo		178.010.499,99
Depósitos em moeda estrangeira		48.369.436,97
<b>Captações no mercado aberto</b>	14	<b>4.999.695,33</b>
Carteira própria		4.999.695,33
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	13	<b>11.345.104,13</b>
Recursos de aceites e emissão de títulos - LF		11.345.104,13
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>518.702,62</b>
Relações Interfinanceiras		518.702,62
<b>Relações interdependências</b>		<b>34.338.644,28</b>
Recursos em trânsito de terceiros		34.338.644,28
<b>Obrigações por empréstimos</b>	13	<b>41.748.925,86</b>
Empréstimos no exterior		24.744.896,17
Repasse no país - Instituição oficial		17.004.029,69
<b>Outras obrigações</b>		<b>586.208.974,16</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		9.139.642,20
Carteira de câmbio	10	225.734.849,04
Fiscais e previdenciárias	15a	23.717.391,17
Negociação e intermediação de valores	8c	537,50
Diversas	15b	327.616.554,25
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>265.638.742,56</b>
<b>Depósitos</b>	12	<b>164.907.473,63</b>
Depósitos a Prazo		164.907.473,63
<b>Obrigações por empréstimos</b>		<b>16.148.260,84</b>
Repasse no país - Instituição oficial	13	16.148.260,84
<b>Outras obrigações</b>		<b>84.583.008,09</b>
Carteira de câmbio	10	2.638.233,35
Fiscais e previdenciárias	15a	73.220.436,15
Diversas	15b	8.724.338,59
<b>Resultados de exercícios futuros</b>		<b>399.040,56</b>
Resultados de exercícios futuros		399.040,56
<b>Patrimônio líquido</b>	17	<b>217.382.012,39</b>
<b>Capital</b>		<b>111.244.292,24</b>
De domiciliados no país		111.244.292,24
<b>Reserva de capital</b>		<b>230.894,98</b>
<b>Reserva de lucros</b>		<b>93.773.382,34</b>
<b>Lucros acumulados</b>		<b>12.049.079,91</b>
<b>Participações de não controladores</b>		<b>84.362,92</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.444.530.744,03</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO  
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

		<b>1º Semestre</b>
		<b>2014</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>168.981.343,41</b>
Operações de crédito		31.972.864,11
Resultado de títulos e valores mobiliários		11.420.173,23
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(518.159,90)
Resultado de operações de câmbio		126.106.465,97
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(30.905.125,52)</b>
Captações no mercado	18	(20.013.036,41)
Empréstimos, cessões e repasses		(1.186.407,14)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.705.681,97)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>138.076.217,89</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(108.751.283,56)</b>
Receitas de prestação de serviços	19	36.121.798,09
Despesas de pessoal		(58.967.276,87)
Outras despesas administrativas	20	(78.226.905,22)
Despesas tributárias		(12.769.415,40)
Outras receitas operacionais	21	13.455.146,52
Outras despesas operacionais	21	(8.364.630,68)
<b>Resultado operacional</b>		<b>29.324.934,33</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(1.817.799,16)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>27.507.135,17</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(7.157.741,89)</b>
Imposto de renda	22	(10.027.765,36)
Contribuição social	22	(5.812.581,41)
Ativo fiscal diferido	22	8.682.604,88
<b>Participações estatutárias no lucro</b>		<b>(1.286.309,56)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>19.063.083,72</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>5,59</b>
<b>Atribuível aos:</b>		
Controladores		19.070.382,01
Não controladores		(7.298,29)
<b>Total</b>		<b>19.063.083,72</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

	Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de não controladores	Total
			Legal	Outras				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>111.244.292,24</b>	<b>230.894,98</b>	<b>9.757.958,43</b>	<b>87.394.121,81</b>	<b>-</b>	<b>208.627.267,46</b>	<b>91.661,21</b>	<b>208.718.928,67</b>
Lucro líquido do semestre	-	0,00	0,00	0,00	19.070.382,01	19.070.382,01	(7.298,29)	19.063.083,72
Constituição de reserva de lucros – Legal	-	-	121.302,10	-	(121.302,10)	0,00	-	0,00
Distribuição de dividendos (nota 17b)	-	-	-	(3.500.000,00)	(2.000.000,00)	(5.500.000,00)	-	(5.500.000,00)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.900.000,00)	(4.900.000,00)	-	(4.900.000,00)
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>111.244.292,24</b>	<b>230.894,98</b>	<b>9.879.260,53</b>	<b>83.894.121,81</b>	<b>12.049.079,91</b>	<b>217.297.649,47</b>	<b>84.362,92</b>	<b>217.382.012,39</b>





**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA  
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

	<b>1º Semestre 2014</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Lucro Líquido Ajustado do Período</b>	<b>41.272.406,31</b>
Lucro Líquido do Período	19.063.083,72
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido</b>	<b>22.209.322,59</b>
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(801.527,76)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.705.681,97
Depreciações e amortizações	2.901.007,03
Impostos diferidos	8.682.604,88
Outras provisões/reversões não operacionais	1.721.556,47
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>(113.877.468,46)</b>
Redução em aplicações interfinanceira de liquidez	(40.963.692,15)
Redução em títulos e valores mobiliários	1.677.228,69
(Aumento) em relações interfinanceiras - ativo	(11.559.221,56)
Redução em operações de crédito	78.192.886,58
(Aumento) em outros créditos	(105.277.740,51)
(Aumento) em outros valores e bens	(13.417.574,87)
Aumento em depósitos	46.616.101,42
Aumento em captações no mercado aberto	4.999.695,33
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	594.616,91
Aumento em relações interfinanceiras - passivo	516.636,01
Aumento em relações interdependências	10.561.769,31
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(24.524.802,86)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(930.326,16)
(Redução) em outras obrigações	(60.192.489,40)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(170.555,20)
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais</b>	<b>(72.605.062,15)</b>
<b>Fluxo de caixa das em atividades de investimentos</b>	
Redução de diferido e intangível	334.074,25
Aquisição de Imobilizado de uso	(2.737.624,35)
Aplicações no Intangível	(1.130.902,51)
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos</b>	<b>(3.534.452,61)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(4.900.000,00)
Pagamento de dividendos	(5.500.000,00)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(10.400.000,00)</b>
<b>(Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(86.539.514,76)</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalente de caixa</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	598.626.017,65
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	512.086.502,89
<b>(Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(86.539.514,76)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

### 1. Contexto operacional

O Conglomerado Rendimento (“Grupo” ou “Grupo Rendimento”) fundado em 1992, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio; crédito ao mercado de “middle Market” e cartões de débito pré-pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

A Administração do Grupo Rendimento optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e, portanto, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações correspondentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Rendimento Holding Ltda.	Holding de instituição financeira	Brasil	Banco Rendimento S/A	100%
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Banco Brasileiro de Negócios S/A	100%
		Brasil	Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action S/A DTVM	100%
Action S/A DTVM	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresa	Ativos Totais	Receita - MEP	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Rendimento Holding Ltda.	183.416.236,31	4.527.071,73	182.094.914,51	8.460.840,91
Banco Rendimento S/A	1.420.458.474,48	1.080.546,17	182.673.580,06	8.927.071,73
Banco Brasileiro de Negócios S/A	40.555.482,26		39.954.097,57	897.047,09
Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	20.621.109,39	(41.360,32)	16.725.985,78	183.499,07
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	567.661,27		562.415,51	(41.360,32)
Cotação DTVM S/A	87.628.215,45	92.939,74	28.819.158,45	6.782.523,00
Action S/A DTVM	2.288.123,01		866.461,41	92.939,74
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	34.763.963,44		6.383.576,51	3.827.018,15

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata dia*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

#### d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do BACEN e regulamentações posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos, compostas pelas operações a termo, opções, futuros e de “swap”, são contabilizadas com os seguintes critérios:

Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço;

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas;

Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro-rata” - dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (“hedge”) à exposição global de riscos e que não se caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela Circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” em conta de receita e despesa, no resultado do período; e
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” são classificados como “hedge” de risco de mercado e “hedge” de fluxo de caixa.

O “hedge” de risco de mercado é destinado a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita e despesa, no resultado do período. O “hedge” de fluxo de caixa é destinado a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a parcela efetiva de sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “hedge” também são ajustados ao valor de mercado na data do balanço.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

e) Operações de crédito, Câmbio e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado, diferido e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN), serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia” sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação**

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

k) Créditos Tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Lucro (prejuízo) por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras, considerando o valor por lote de mil ações do capital.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**4. Caixa e equivalente de caixa**

Descrição	2014
Disponibilidades	335.087.378,48
Aplicações em operações compromissadas	174.999.124,41
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.000.000,00
<b>Total</b>	<b>512.086.502,89</b>

**5. Disponibilidades**

Descrição	2014
Caixa	48.862.372,48
Depósitos em moeda nacional	2.123.487,57
Reserva Livre	7.687.215,27
Disponibilidades em moedas estrangeiras	276.414.303,16
<b>Total</b>	<b>335.087.378,48</b>

**6. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

a) Aplicações em operações compromissadas

	2014
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>	
<b>Posição bancada:</b>	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.999.695,33
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	109.999.133,66
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	60.000.295,42
<b>Total de aplicações no mercado aberto</b>	<b>174.999.124,41</b>

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira

<b>Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)</b>	
Não ligada	2.000.000,00
Não ligada - Crédito rural	9.703.742,42
Não ligada - PRONAF	343.384,93
Não ligada - SUBEX	3.025.898,17
Não ligada - PRONAMP	1.423.215,03
<b>Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)</b>	<b>16.496.240,55</b>

**Total do circulante** 191.495.364,96

**Realizável a longo prazo**

<b>Aplicações em moeda estrangeira</b>	<b>2014</b>
Aplicações em moeda estrangeira	44.638.779,30
<b>Total de aplicação em moeda estrangeira</b>	<b>44.638.779,30</b>

**Total realizável a longo prazo** 44.638.779,30

**Total de aplicações interfinanceiras de liquidez** 236.134.144,26





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2014	
	Custo (i)	Mercado (ii)
<b>Títulos para negociação</b>		
<b>Carteira própria - Livres</b>	<b>13.435.451,34</b>	<b>13.103.009,03</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.141.871,34	10.153.226,55
Certificado de depósito bancário (CDB)	900.000,00	966.530,48
Ações de companhias abertas	2.393.580,00	1.983.252,00
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>15.132.414,15</b>	<b>15.149.356,93</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.132.414,15	15.149.356,93
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>36.566.393,39</b>	<b>36.607.334,42</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	36.566.393,39	36.607.334,42
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>65.134.258,88</b>	<b>64.859.700,38</b>

(i) Valor de custo  
Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado  
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores. As aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Composição por vencimento

	2014		
	Sem vencimento	de 3 a 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	62.876.448,38	62.876.448,38
Ações de companhias abertas	1.983.252,00	-	1.983.252,00
<b>Total</b>	<b>1.983.252,00</b>	<b>62.876.448,38</b>	<b>64.859.700,38</b>







**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**8. Instrumentos financeiros e derivativos**

a) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”) contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de “hedge” é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do “hedge”. Os instrumentos de “hedge” podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela Administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de “hedge”, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”. A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

b) Controles de gerenciamento de riscos

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de “hedge”. Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão “intraday”. Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco Rendimento S/A, e providencia os instrumentos de “hedge” necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado.

c) Composição analítica das operações

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (Bacen), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas. Essas operações são custodiadas pela BM&FBOVESPA. Em 30 de junho de 2014 a composição é como segue, em valores nominais dos contratos.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**8. Instrumentos financeiros e derivativos -- Continuação**

c) Composição analítica das operações -- Continuação

<b>Contratos de futuros (i)</b>	<b>2014</b>
<b>Posição comprada</b>	
Dólar	101.175.580,00
EUR	40.413.211,80
Outras Moedas	1.938.905,30
<b>Total posição comprada</b>	<b>143.527.697,10</b>
<b>Posição vendida</b>	
DI	16.371.408,30
Dólar	39.979.816,00
Outras Moedas	2.053.251,60
<b>Total posição vendida</b>	<b>58.404.475,90</b>

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a receber no valor de R\$ 790.398,92 e a pagar no valor de R\$ 537,50, encontram-se registrados na rubrica de "Negociação e intermediação de valores".

d) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	<b>2014</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	36.607.334,42
	<b>36.607.334,42</b>

**9. Operações de crédito**

Em 30 de junho de 2014, as operações de crédito estavam assim representadas.

a) Composição da carteira por produto

	<b>2014</b>
<b>Operações de crédito</b>	
Conta corrente garantida	110.664.937,33
Capital de giro	144.607.525,91
FINAME	33.402.356,94
Títulos descontados	28.564.620,13
Financiamento em moeda estrangeira	8.186.643,51
Cheque especial	7.156.402,92
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	4.542.613,88
Cédula de crédito de exportação	1.916.906,92
Confissão de dívida	9.588.046,62
Pessoa Física	3.528.907,68
Recuperação Judicial	1.294.086,30
Adiantamento a depositantes	328.752,37
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>353.781.800,51</b>
<b>Outros créditos</b>	
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	19.476.553,35
Rendas a receber (Nota 10)	1.596.013,14
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (Nota 11)	25.020.647,35
<b>Total de outros créditos</b>	<b>46.093.213,84</b>
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>399.875.014,35</b>
<b>Provisões</b>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.571.239,52)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.721.871,31)
<b>Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(26.293.110,83)</b>
<b>Total líquido das operações de crédito</b>	<b>373.581.903,52</b>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

9. Operações de crédito – Continuação

b) Composição da carteira por ramo de atividade

	2014
<b>Setor privado:</b>	
Indústria	79.251.670,35
Comércio	33.129.435,01
Intermediação financeira	1.690.982,07
Outros serviços	268.748.988,13
Pessoas físicas	17.053.938,79
<b>Total da carteira por ramo de atividade</b>	<b>399.875.014,35</b>

c) Composição da carteira por vencimento

	2014
<b>A vencer:</b>	
até 180 dias	267.100.469,25
de 181 a 360 dias	52.249.161,84
acima de 360 dias	55.234.218,22
<b>Total a vencer</b>	<b>374.583.849,31</b>
<b>Vencidas:</b>	
Até 60 dias	10.219.277,00
de 61 a 90 dias	1.195.084,37
de 91 a 360 dias	13.857.679,26
acima de 360 dias	19.124,42
<b>Total vencidas</b>	<b>25.291.165,05</b>
<b>Total da carteira por vencimento</b>	<b>399.875.014,36</b>

d) Concentração da carteira

	2014	
	Valor	%
10 maiores devedores	105.886.315,65	26,48%
50 seguintes maiores devedores	94.068.071,74	23,52%
100 seguintes maiores devedores	178.257.448,47	44,58%
Seguintes maiores devedores	21.663.178,49	5,42%
<b>Total da carteira</b>	<b>399.875.014,35</b>	<b>100,00%</b>

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

					2014
Nível de risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisões
A	0,5	297.053.330,40	-	297.053.330,40	1.485.266,65
B	1	51.300.186,98	798.366,98	52.098.553,96	520.985,54
C	3	18.342.572,57	980.271,17	19.322.843,74	579.685,31
D	10	1.878.891,34	3.166.813,92	5.045.705,26	504.570,53
E	30	8.421,75	116.584,54	125.006,29	37.501,89
F	50	4.215.744,61	809.077,54	5.024.822,15	2.512.411,08
G	70	1.645.847,53	193.993,80	1.839.841,33	1.287.778,62
H	100	138.854,13	19.226.057,09	19.364.911,22	19.364.911,22
<b>Total</b>		<b>374.583.849,31</b>	<b>25.291.165,04</b>	<b>399.875.014,35</b>	<b>26.293.110,83</b>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**9. Operações de crédito – Continuação**

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2014</u>
Saldo inicial	22.648.066,56
Constituição	18.316.384,28
Reversão	(8.610.702,31)
Baixas de créditos contra prejuízo	(6.060.637,70)
Saldo final	<u>26.293.110,83</u>

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2014, totalizam R\$ 2.026.000,00.

Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2014, totalizam R\$ 245.000,00.

**10. Carteira de câmbio**

Em 30 de junho de 2014, a carteira de câmbio do Grupo está formada como segue:

	<u>2014</u>
<b>Ativo</b>	
Câmbio comprado a liquidar	99.030.354,47
Direitos sobre venda de câmbio	150.671.397,51
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(12.820.074,08)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9a)	1.596.013,14
<b>Total do ativo</b>	<u>238.477.691,04</u>
<b>Passivo</b>	
Câmbio vendido a liquidar	147.189.060,50
Obrigações por compra de câmbio	94.951.275,50
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (Nota 9a)	(19.476.553,35)
Obrigações por vendas realizadas	5.709.299,74
<b>Total do passivo</b>	<u>228.373.082,39</u>

**11. Outros créditos – Diversos**

	<u>2014</u>
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	69.030.651,51
Crédito tributário (nota 22b)	47.713.442,41
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (nota 9a) (i)	25.020.647,35
Devedores diversos – País	15.561.478,27
Imposto de renda a compensar	10.468.609,47
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (ii)	10.323.568,29
Outros	2.361.163,56
<b>Total</b>	<u>180.479.560,87</u>
<b>Curto prazo</b>	60.500.740,46
<b>Longo prazo</b>	119.978.820,41

(i) Refere-se aos produtos Confirme e Pagadoria.

(ii) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**12. Depósitos**

a) Composição da carteira

	<u>2014</u>
<b>Depósitos a vista</b>	
Pessoa jurídica	31.996.362,49
Pessoa física	3.395.527,71
	<u>35.391.890,20</u>
<b>Depósitos a prazo</b>	
Pessoa jurídica	203.962.935,38
Pessoa física	137.007.075,06
Investidores financeiras	1.947.963,18
	<u>342.917.973,62</u>
<b>Depósitos em moeda estrangeira e interfinanceiros</b>	
Depósitos em moeda estrangeira	48.369.436,97
Depósitos interfinanceiros	20.179.074,98
	<u>68.548.511,95</u>
	<u>446.858.375,77</u>
<b>Curto prazo</b>	281.950.902,14
<b>Longo prazo</b>	164.907.473,63

b) Composição da carteira por vencimento

	Sem vencimento	Até 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósito a vista	35.391.890,20	-	-	-	35.391.890,20
Depósito a prazo	-	49.675.779,01	128.334.720,98	164.907.473,63	342.917.973,62
Depósito em moeda estrangeira	48.369.436,97	-	-	-	48.369.436,97
Depósitos interfinanceiros	-	20.179.074,98	-	-	20.179.074,98
<b>Total dos depósitos</b>	<u>83.761.327,17</u>	<u>69.854.853,99</u>	<u>128.334.720,98</u>	<u>164.907.473,63</u>	<u>446.858.375,77</u>

c) Concentração da carteira de depósito a prazo

	<u>2014</u>
10 Maiores depositantes	122.706.794,33
50 seguintes depositantes	138.950.207,87
100 seguintes depositantes	59.530.376,64
Demais depositantes	21.730.594,78
<b>Total</b>	<u>342.917.973,62</u>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**13. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos**

2014

	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360	Total
<b>Obrigações por empréstimos</b>				
Empréstimos no exterior (i)	17.721.405,95	7.023.490,22	-	24.744.896,17
<b>Obrigações por repasses</b>				
Repasses do país - Instituições oficiais	4.318.704,21	12.685.325,48	16.148.260,84	33.152.290,53
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>				
Letras de crédito do agronegócio	-	11.345.104,13	-	11.345.104,13
<b>Total</b>	<b>22.040.110,16</b>	<b>31.053.919,83</b>	<b>16.148.260,84</b>	<b>69.242.290,83</b>

(i) Constituída por linha de crédito do Banco Rendimento S/A junto a banqueiros no exterior, renovável mensalmente, com remuneração da taxa "libor" acrescida de cupom de 1% a.a.

**14. Captações no mercado aberto**

2014

**Revendas a Liquidar – Posição Bancada  
Vencimento até 30 dias**

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

4.999.695,33

4.999.695,33

**15. Outras obrigações**

a) Fiscais e previdenciárias

Circulante

2014

Impostos e contribuições sobre os lucros

15.840.346,77

Impostos e contribuições a recolher

7.877.044,35

**Total do circulante**

23.717.391,12

Exigível a longo prazo

Provisão para riscos fiscais (Nota 24b)

73.220.436,15

**Total do exigível a longo prazo**

73.220.436,15

96.937.827,27

b) Diversas

Circulante

2014

Cheques administrativos

6.722.223,56

Obrigações por prestação de serviços

17.148.312,45

Provisão para pagamentos a efetuar

29.860.632,56

Credores diversos no exterior (i)

259.342.922,79

Credores diversos no país

14.542.462,89

**Total do circulante**

327.616.554,25

Exigível a longo prazo

Provisão para passivos contingentes (nota 24b)

8.724.338,59

**Total do exigível a longo prazo**

8.724.338,59

336.340.892,84

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Travel Money).





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**16. Remuneração do pessoal chave da Administração**

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	<b>2014</b>
Remuneração no semestre	<b>3.574.505,00</b>
Encargos sociais	<b>(786.391,10)</b>
<b>Total</b>	<b>2.788.113,90</b>

**17. Patrimônio líquido**

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 111.244.292,24, é constituído por ações e cotas das seguintes Empresas:

Empresa	Capital Social	Ações		Cotas	Total
		ON	PN		
Rendimento Holding Ltda.	96.703.624,00	103.224	103.224	-	206.448
Cotação DTVM S/A	12.500.668,24	584.960	584.960	-	1.169.920
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	2.040.000,00	-	-	2.040.000	2.040.000

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia geral de acionistas e cotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Grupo deliberou no semestre findo em 30 de junho de 2014, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 5.500.000,00 e Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 4.900.000,00 (R\$ 4.165.000,00 líquido de imposto de renda) referente ao primeiro semestre de 2014, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$1.553.000,00 (incluso despesas de PIS/COFINS pagos pela Rendimento Holding Ltda., sobre o recebido de sua controlada Banco Rendimento S.A, no montante de R\$ 4.400.000,00).





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**17. Patrimônio líquido -- Continuação**

c) Lucros acumulados

No semestre findo em 30 de junho de 2014, o Grupo apurou um lucro contábil de R\$ 19.070.382,06. Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devessem ser destinados com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.

d) Reserva legal

Reserva de lucros

Legal: O Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembléia Geral Ordinária).

**18. Despesas de captação no mercado**

	<u>2014</u>
Depósitos interfinanceiros	1.169.999,50
Depósitos a prazo	17.812.908,33
Operações compromissadas	129.145,77
Letras financeiras	594.616,91
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	306.365,90
	<u>20.013.036,41</u>

**19. Receitas de prestação de serviços**

	<u>2014</u>
Rendas de tarifas bancárias	966.127,17
Rendas de outros serviços (i)	34.189.544,29
Rendas de garantias prestadas	966.126,63
<b>Total</b>	<u>36.121.798,09</u>

(i) Representada principalmente por rendas de tarifas nos cartões VTM e CDE.







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**20. Outras despesas administrativas**

	<b>2014</b>
Despesas de serviços sistema financeiro	19.570.926,75
Despesas de serviços de terceiros	18.402.598,00
Despesas de aluguéis	9.527.753,52
Despesas de processamento de dados	7.795.757,39
Despesas de serviços técnicos especializado	3.184.359,94
Despesas de comunicações	2.348.525,14
Despesas de promoções e relações públicas	1.985.913,95
Despesas de depreciação	1.954.975,38
Despesas de transportes	1.447.854,16
Despesas manutenção e conservação de bens	1.386.933,78
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.287.913,36
Despesas de amortização	946.031,65
Despesas de material	564.720,62
Despesas de propaganda e publicidade	506.633,12
Contribuições filantrópicas	424.200,00
Outras despesas administrativas	6.891.808,46
	<b>78.226.905,22</b>

**21. Outras receitas e despesas operacionais**

	<b>2014</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	
Receita de arbitragem - cartão VTM	3.942.876,51
Receita de outros créditos	2.460.884,60
Receita de aquisição de crédito	2.147.316,89
Variações monetárias	2.035.123,12
Receita de cartões	1.335.724,86
Rendas de garantias prestadas	1.015.607,51
Recuperação de encargos e despesas	402.176,56
Descontos obtidos	29.075,93
Variações monetárias de impostos	10.359,53
Outras	76.001,01
<b>Total</b>	<b>13.455.146,52</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>	
Descontos concedidos em renegociação	4.221.789,04
Despesas com cartões	854.080,36
Provisões de avais e fianças	594.519,48
Despesas com incentivos - cartões VTM	499.595,84
Impostos federais indedutíveis	693.405,41
Juros, multa e correção - alargamento	359.097,04
Ágio em aquisição de investimento	276.926,80
Despesas com contratos de parceria	271.554,10
Bônus diretoria	235.055,17
Auto de infração tributos municipais	126.079,05
Outras	232.528,39
<b>Total</b>	<b>8.364.630,68</b>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**22. Imposto de renda e contribuição social**

a) Conciliação das despesas das provisões do imposto de renda e da contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2014.

	2014	
	IRPJ	CSLL
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>27.507.135,17</b>	<b>27.507.135,17</b>
<b>Adições:</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.705.681,97	9.705.681,97
Provisão para perdas de avais e fianças	594.519,48	594.519,48
Outras provisões não operacionais	1.594.682,75	1.594.682,75
Provisão para riscos fiscais	8.619.232,33	8.619.232,33
Impostos federais indedutíveis	693.405,41	693.405,41
Patrocínio e doações indedutíveis	306.900,00	306.900,00
Ágio em aquisição de investimentos	276.926,80	276.926,80
Remuneração variável de dirigentes	210.177,19	-
Perdas de capital indedutíveis	103.658,45	103.658,45
Despesas com brindes	65.919,56	65.919,56
Multas indedutíveis	425,64	425,64
Outras	391.851,12	454.563,37
<b>Total das adições</b>	<b>22.563.380,70</b>	<b>22.415.915,76</b>
<b>Exclusões:</b>		
Juros sobre capital próprio	4.900.000,00	4.900.000,00
Participação nos Lucros ( empregados )	1.286.309,56	1.286.309,56
Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM	801.527,76	801.527,76
Outras provisões	454.631,32	454.631,32
Perdas em operações de crédito - Lei 9.430/96	434.043,46	434.043,46
Reversão de provisão para contingências cíveis	390.292,92	390.292,92
Reversão de provisão para contingências trabalhistas	151.428,68	151.428,68
Reversão de remuneração variável de dirigentes	-	71.822,81
Outras	550.472,57	550.472,57
<b>Total das exclusões</b>	<b>8.968.706,27</b>	<b>9.040.529,08</b>
<b>Base do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>41.101.809,60</b>	<b>40.882.521,85</b>
IRPJ / CSLL	10.324.054,93	5.812.581,42
Dedução de incentivos fiscais	296.289,57	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.620.344,50</b>	<b>5.812.581,42</b>
Ativo fiscal diferido	5.528.989,10	3.153.615,78
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.498.776,26</b>	<b>2.658.965,64</b>

c) Créditos tributários

Descrição	Saldo			Saldo 30/06/2014
	31/12/2013	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.385.108,30	4.997.111,69	1.275.841,65	14.106.378,34
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS.	25.006.637,99	2.944.652,57	-	27.951.290,56
Provisão para riscos fiscais ISS	829.837,63	50.431,70	-	880.269,33
Provisão para contingências trabalhistas	705.183,89	81.630,86	142.202,33	644.612,42
Provisão para perdas de avais e fianças	710.929,73	246.984,30	9.176,51	948.737,52
Provisão para contingências cíveis	378.580,17	39.124,97	192.973,37	224.731,77
Ágio em aquisição de investimentos	517.451,16	-	-	517.451,16
Remuneração variável de dirigentes	132.992,92	4.453,62	15.227,04	122.219,50
Outras provisões indedutíveis	364.115,73	2.446.210,98	492.574,92	2.317.751,81
	<b>39.030.837,52</b>	<b>10.810.600,71</b>	<b>2.127.995,82</b>	<b>47.713.442,41</b>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**22. Imposto de renda e contribuição social – Continuação**

b) Créditos tributários

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Banco não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

CRÉDITO TRIBUTÁRIO	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.504.582,75	2.573.232,84	693.328,04	539.805,25	8.795.429,46	14.106.378,34
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	27.951.290,56	27.951.290,56
Provisão para contingências fiscais ISS	-	-	-	-	880.269,33	880.269,33
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	-	224.731,77	224.731,77
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	-	644.612,42	644.612,42
Provisão para perdas de avais e fianças	-	-	-	-	948.737,52	948.737,52
Ágio em aquisição de investimentos	-	-	-	-	517.451,16	517.451,16
Remuneração variável de dirigentes	-	-	-	-	122.219,50	122.219,50
Outras provisões	-	-	-	-	2.317.751,81	2.317.751,81
<b>TOTAL</b>	<b>1.504.582,75</b>	<b>2.573.232,84</b>	<b>693.328,04</b>	<b>539.805,25</b>	<b>42.402.493,53</b>	<b>47.713.442,41</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>1.354.991,67</b>	<b>2.303.493,72</b>	<b>625.465,08</b>	<b>489.175,58</b>	<b>38.565.251,05</b>	<b>43.338.377,10</b>

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 43.338.377,10, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

**23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros**

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2014, correspondiam a R\$ 99.400.661,87, não sendo esperadas perdas não provisionadas em relação às mesmas.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.**

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2014, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias", representados pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 69.878.226,34;
- Contestação quanto a base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.200.673,33.
- Contestação quanto a dedutibilidade de despesas administrativas no montante de R\$ 1.141.029,15.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

Provisão para Contingências	2014				
	Fiscal	Trabalhista	Cíveis	Outras (i)	Total
Saldo Inicial	66.132.725,42	1.837.108,11	927.931,77	1.777.324,33	70.675.089,63
Constituição	8.826.393,41	616.385,20	96.876,34	2.212.143,51	11.751.798,46
Realizações/reversões	(207.160,88)	(767.843,88)	(475.145,32)	(22.941,28)	(1.473.091,36)
<b>Saldo Final</b>	<b>74.751.957,95</b>	<b>1.685.649,43</b>	<b>549.662,79</b>	<b>3.966.526,56</b>	<b>80.953.796,73</b>

(i) Constituída por R\$ 2.371.843,81 referente a avais e fianças prestadas e R\$ 1.594.682,75 referente a repasses para prefeituras.

Depósitos Judiciais	2014			
	Fiscal	Trabalhista	Outras	Total
Saldo Inicial	60.722.463,27	517.079,09	10.000,00	61.249.542,36
Constituição	7.978.345,26	75.736,76	-	8.054.082,02
Realizações/reversões	-	(262.972,87)	(10.000,00)	(272.972,87)
<b>Saldo Final</b>	<b>68.700.808,53</b>	<b>329.842,98</b>	<b>-</b>	<b>69.030.651,51</b>





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

**24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias. –  
Continuação**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2014, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 443.960,96 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

**25. Limites operacionais**

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

<b>Conglomerado Financeiro</b>	<b>jun/14</b>
Patrimônio de Referência (PR)	208.789.980,08
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	163.273.636,71
Parcela Banking	2.486.620,86
Margem Sobre o PR Considerado a RBAN	43.029.722,51
Índice de Basileia	<b>14,07%</b>
	<b>RWA</b>
RWAcpad	87.830.852,14
RWAcam	32.920.000,00
RWAjur1	91.342,48
RWAjur2	2.116.896,68
RWAopad	40.314.545,41
<b>Ativos Ponderados pelo Risco - RWA</b>	<b>163.273.636,71</b>

**Gestão de Riscos**

O índice de Basileia para a data-base de 30 de junho de 2014, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 14,07% para o Conglomerado Financeiro.

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas. A gestão focada em riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, que deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada.

As principais estruturas para a gestão de riscos encontram-se subordinadas ao Diretor de Risco e Compliance e que responde também pelas atribuições da Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo e atividades de Compliance.

***I - Risco de Mercado***

É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a Grupo Rendimento. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada e que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência da instituição, de acordo com a administração dos riscos.

Testes de Estresse – Os testes de estresse são realizados diariamente, tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F. São utilizados cinco cenários, sendo dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 3 e baixa 3 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07, do Conselho Monetário Nacional, e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**  
Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).

***II - Risco de Crédito***

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito encontra-se em conformidade com a Resolução nº 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional, e está alinhado à estrutura de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

***III - Risco Operacional***

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do Banco Central (BACEN) obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

***IV - Risco de Liquidez***

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
GRUPO RENDIMENTO S/A**

**Semestre findo em 30 de junho de 2014 (valores expressos em reais).**

O Comitê de Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação.

**V - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

O Conglomerado Rendimento, seguindo as normas contidas na Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Capital.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos a qual a instituição está sujeita, e planejamento de metas.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, a instituição passou a calcular um índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro trimestre de 2014 houve revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2013, em que se analisa a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência – PR do Conglomerado para o triênio 2014 a 2016.

